

Desigualdades e acesso à Educação Superior: os casos dos cursos de Direito e de Pedagogia da Universidade Federal do Pará - campus de Belém

Denise Braga

Instituto de Educação, Universidade de Lisboa (UL), Lisboa – Portugal

Belmiro Cabrito

Instituto de Educação, Universidade de Lisboa (UL), Lisboa – Portugal

Resumo

O texto tem como objetivo analisar em que medida os custos de financiamento dos estudos poderiam limitar o acesso e a permanência dos estudantes de Ensino Superior até o final do curso. O estudo focou nos estudantes de Pedagogia e Direito da Universidade Federal do Pará (UFPA) e utilizou esses casos para discutir as políticas de financiamento do Ensino Superior no Brasil. Constatou-se que os custos associados ao Ensino Superior público poderiam levar alguns estudantes a desistir ou dificultar a permanência até a conclusão do curso. As disparidades observadas entre os estudantes refletem as profundas desigualdades sociais e econômicas da sociedade brasileira.

Palavras-chave: **Financiamento do Ensino Superior. Custo do Ensino Superior. Acessibilidade ao Ensino Superior. Permanência no Ensino Superior. Desigualdade social e econômica.**

Inequalities and access to Higher Education: the cases of Law and Pedagogy courses at the Federal University of Pará - Belém campus

Abstract

The text aims to analyze the extent to which the costs of financing education may limit students' access to and retention in higher education until the completion of their degree. The study focused on students in Pedagogy and Law at the Federal University of Pará (UFPA), using these cases to explore Higher Education financing policies in Brazil. The findings indicate that the costs associated with public Higher Education could lead some students to drop out or struggle to remain enrolled until they complete their studies. The disparities observed among students reflect the deep social and economic inequalities in Brazilian society.

Keywords: **Financing of Higher Education. Cost of Higher Education. Accessibility to Higher Education. Permanence in Higher Education. Social and economic inequality.**

Desigualdades y acceso a la Educación Superior: los casos de las carreras de Derecho y Pedagogía de la Universidad Federal de Pará - campus de Belém

Resumen

El texto tiene como objetivo analizar en qué medida los costos de financiación de los estudios pueden limitar el acceso y la permanencia de los estudiantes en la Educación Superior hasta

la finalización de su carrera. El estudio se centró en los estudiantes de Pedagogía y Derecho de la Universidad Federal de Pará (UFPA), utilizando estos casos para reflexionar sobre las políticas de financiamiento de la Educación Superior en Brasil. Se observó que los gastos asociados con la Educación Superior pública podrían llevar a algunos estudiantes a abandonar sus estudios o dificultar su permanencia hasta culminar la carrera. Las desigualdades encontradas entre los estudiantes reflejan las profundas disparidades sociales y económicas de la sociedad brasileña.

Palabras clave: **Financiamiento de la Educación Superior. Costo de la Educación Superior. Accesibilidad a la Educación Superior. Permanencia en la Educación Superior. Desigualdad social y económica.**

Introdução

É um facto incontestado o importante papel que a educação pode desempenhar na vida de cada cidadão: o acesso a mais conhecimento e o desenvolvimento de competências, sejam sociais e/ou profissionais, contribui para a socialização dos cidadãos bem como para processos de ascensão social. A escola, sendo um instrumento de reprodução social é, também, o grande elevador/nivelador social (Bourdieu; Passeron, 1964, 1970). Neste quadro, é particularmente importante o papel que o Ensino Superior pode desempenhar na vida dos jovens, considerando por um lado, o facto de possibilitar processos de ascensão social aos mais elevados cargos da hierarquia social e, por outro, porque é indispensável para o desenvolvimento económico e social de comunidades e países em termos coletivos.

Por essa razão, organismos internacionais como o Banco Mundial (BM) o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) propõem aos países em desenvolvimento, como o Brasil, facilitar aos jovens o acesso, permanência e conclusão da educação superior, através de medidas de política de financiamento para instituições de Ensino Superior públicas e privadas, bem como apoio aos estudantes.

Para essas instâncias internacionais, a educação produz trabalhadores capacitados para intervir de forma qualificada no mercado de trabalho, isto é, a educação produz “capital humano” (Schultz, 1961; Becker, 1964), contribuindo para o desenvolvimento económico do país (Silva Júnior, 2006).

Este facto justifica o esforço que a maioria dos países faz para criar, expandir e melhorar o Ensino Superior, que se reflecte em diversas medidas de política educacional, tanto do lado da oferta, nomeadamente o aumento e a diversificação da oferta e a criação de novas instituições, como do lado da procura, através de medidas de apoio aos estudantes, nomeadamente bolsas, subsídios diversos, empréstimos bonificados e outras medidas afirmativas.

Por exemplo, no passado recente, o Brasil expandiu o Ensino Superior por meio de diversas medidas, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Essas políticas educacionais contribuíram significativamente para o aumento do número de matrículas nas universidades públicas do país. Em adição, o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) implementaram políticas de apoio social aos estudantes do Ensino Superior privado.

Como resultados destas políticas assistiu-se à expansão dos sistemas público e privado de educação superior, ao aumento do número de matrículas e ao alargamento da base social de recrutamento para este nível educativo.

Todavia, e apesar dessas medidas, percebe-se que a educação superior brasileira carece, ainda, de atingir elevados níveis de equidade, nomeadamente em decorrência das dificuldades financeiras das famílias e/ou dos estudantes associadas à sua origem social e étnica, apesar da gratuidade do Ensino Superior público ou de medidas de apoio à frequência do Ensino Superior privado. Não existindo estudos sobre a educação superior brasileira neste domínio, considerámos muito pertinente uma investigação que pretende contribuir para dar a conhecer quem são os estudantes da educação superior brasileira.

Diante do exposto, estudar a condição social e económica dos estudantes, bem como as políticas de financiamento do Ensino Superior e de apoio social, é fundamental para compreender o processo de busca pelo Ensino Superior e os percursos percorridos pelos estudantes. Nestas circunstâncias, desenvolveu-se uma investigação no sentido de verificar se a condição social e económica dos estudantes condiciona o seu percurso na educação superior.

Para a formulação deste objectivo de pesquisa partiu-se, aliás, de conhecimentos obtidos a partir de estudos semelhantes, apesar de serem em realidades diferentes. De facto, Cabrito (2001, 2002), Cerdeira (2009), Cerdeira e Cabrito (2014, 2017), na senda de Boudon (1973) e Prost (2012), entre outros, mostraram que em Portugal a procura de educação superior é fortemente condicionada pela origem social e económica dos estudantes, sendo os estudantes oriundos dos estratos mais favorecidos predominantes em cursos de maior prestígio, como Direito, Medicina e Arquitectura e os estudantes oriundos dos estratos menos favorecidos predominantes nos cursos de Humanidades, assim perpetuando a função reprodutora da Escola.

Neste quadro, no estudo de que este artigo apresenta algumas conclusões, partiu-se desse pressuposto: os percursos escolares dos alunos são condicionados pela sua origem, tendo-se eleito dois cursos como objecto de estudo: Direito e Pedagogia.

No estudo, partiu-se da hipótese de que existe uma diferença social entre os participantes em cada um destes cursos, sendo que os estudantes do curso de Direito serão provenientes, maioritariamente, de estratos sociais mais favorecidos, ocorrendo o inverso no que se refere ao curso de Pedagogia.

Dada a imensidão do objecto, seleccionaram-se para a pesquisa apenas os cursos do curso de Pedagogia do Instituto de Ciências da Educação (Iced) e do curso de Direito do Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ) da UFPA. A escolha desses cursos se deve ao potencial de apresentarem diferentes níveis de custos, ajustando-se ao pressuposto inicial da investigação.

Para nortear o percurso investigativo foram consideradas as seguintes questões de pesquisa: Qual é a condição socioeconómica dos estudantes dos cursos de Pedagogia e Direito da UFPA? Qual é o impacto da escolha do tipo de instituição e do curso no valor dos custos enfrentados pelos estudantes durante o curso? Qual é a relação entre os custos do Ensino Superior, a condição socioeconómica dos estudantes e a acessibilidade e permanência dos estudantes na UFPA?

Para responder a tais questionamentos, foi estabelecido como objectivo geral:

- Analisar em que medida os custos associados ao financiamento dos estudos dos estudantes dos cursos de Pedagogia e Direito da Universidade Federal do Pará (UFPA) podem limitar a acessibilidade e a permanência no Ensino Superior.

Como objectivos específicos, foram colocados:

- Caracterizar a condição socioeconómica dos estudantes dos cursos de Pedagogia e Direito da UFPA;

- Recolher dados sobre os custos de educação e de vida que os estudantes enfrentam durante o Ensino Superior;

- Discutir a influência e o impacto da escolha do tipo de instituição e de curso no valor dos custos que os estudantes têm durante o curso;

- Analisar qual a relação entre os custos com o Ensino Superior, a condição socioeconómica dos estudantes e a acessibilidade e a permanência do estudante na UFPA.

Metodologia da investigação

A natureza da investigação baseou-se nas abordagens quantitativa e qualitativa pois qualquer fenómeno social e educativo pode ser abordado em termos quantitativos, utilizando dados numéricos para descrever a frequência ou intensidade dos acontecimentos observados e em termos qualitativos, buscando-se a interpretação e compreensão dos sujeitos envolvidos, com descrições detalhadas de fatos, eventos e pessoas (Bogdan; Biklen, 1994). Um dos instrumentos mais frequentemente utilizados na abordagem quantitativa para coleta de dados e que foi utilizado, foi o questionário. De posse das informações gerados por ele, foi possível sistematizá-las e realizar análises conforme os princípios da abordagem qualitativa.

A metodologia de pesquisa adotada foi o estudo de caso, comumente empregado nas ciências sociais, cujo ênfase recai sobre os processos sociais e análises de objetos sociais específicos (Coller, 2000). Por conseguinte, este estudo de caso buscou investigar os custos enfrentados pelos estudantes dos cursos de Pedagogia e Direito na Universidade Federal do Pará, campus Belém, em relação ao financiamento dos estudos, identificando como esses custos podem limitar a acessibilidade e a permanência no Ensino Superior. Igualmente, explorou-se as particularidades e complexidades dessa questão, a partir da interação com o contexto (Stake, 2007).

A presente investigação utilizou dois tipos de informação e de documentos: informação secundária, a partir de documentos oficiais sobre o Ensino Superior do Brasil; e informação primária, a partir da aplicação de um questionário a uma amostra de estudantes.

Alguns dos documentos utilizados foram: Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien/Tailândia - 1990); Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, 1995; Lei n.º 12.711 de 29 de agosto de 2012 que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências; Portaria Normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007 que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), entre outros.

Foram consultadas obras sobre temas como reforma do Estado, reforma da educação, reforma do Ensino Superior, financiamento do Ensino Superior, custo de educação, custos do Ensino Superior, custo de vida, regulação, equidade e o papel do setor público e privado na

educação, para o que se recorreu a um conjunto de autores como Bobbio (2004, 2007), Bourdieu (1973), Cerdeira (2003, 2005, 2007, 2008), Samuelson (1954), Bobbio (1987, 1998), Cabrito (2002, 2004), Johnstone (1986, 1991, 1992, 2002, 2003, 2004, 2005, 2007), Chaves (1997, 2006, 2005, 2008), Silva Jr. (2002, 2006, 2008, 2009), Amaral (2006, 2008, 2011), entre outros.

Optou-se pelo uso do questionário como método principal de coleta de dados nesta pesquisa de natureza extensiva, devido à sua capacidade de recolher uma ampla gama de informações entre os participantes e ao facto de esses dados poderem ser trabalhados estatisticamente no sentido de encontrar regularidades que nos permitam tirar conclusões e apoiar ou negar as nossas hipóteses. Através do questionário foi possível a partir da análise das respostas às questões colocadas investigar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e situações vivenciadas pelos estudantes durante a frequência ao Ensino Superior.

O modelo de questionário utilizado nesta pesquisa baseou-se no questionário de Cabrito (2002) e Cerdeira (2008) em seus trabalhos de investigação, originalmente desenvolvido pelo Internacional Comparative Higher Education Finance and Accessibility Project (Icheap, 2005) e coordenado por Bruce Johnstone (State University of New York at Buffalo). O questionário foi adaptado ao contexto brasileiro.

O universo era constituído por todos os estudantes dos cursos de Direito e de Pedagogia da UFPA, campus de Belém. O questionário foi aplicado a uma amostra estratificada representativa desses estudantes construída em função das variáveis: sexo, cor, cotista/não cotista¹.

Foram selecionados estudantes com pelo menos uma matrícula porque se considerou necessário questionar estudantes cuja experiência na universidade garantisse um bom conhecimento das vantagens e das dificuldades associadas ao acesso e permanência nos cursos.

Os resultados foram sujeitos a tratamento estatístico, tendo sido utilizado o SPSS.

Alguns resultados da investigação

A Tabela 1 apresenta a estrutura do universo, no caso, os estudantes matriculados nos dois cursos do estudo.

¹ Estudantes que ingressaram na UFPA por meio da Lei nº 12.711/2012 que estabelece que as universidades federais e instituições federais de ensino técnico de nível médio devem reservar, em cada processo seletivo para ingresso nos cursos de graduação, no mínimo 50% das vagas por curso e turno para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Além disso, pelo menos 50% das vagas devem ser reservadas para estudantes provenientes de famílias com renda per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo. Da mesma forma, serão reservadas vagas para estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, em proporção mínima igual à respectiva proporção desses grupos na população da unidade da Federação onde está localizada a instituição.

Tabela 1 – Universo

Total de estudantes: 1.961 (100%)	
Total de estudantes matriculados no Curso de Direito	1.231 (63%)
Total de estudantes matriculados no Curso de Pedagogia	730 (37%)
Total de estudantes do sexo feminino	1.148 (58%)
Total de estudantes do sexo masculino	813 (41%)
Total de estudantes cotistas	1.093 (56%)
Total de estudantes não cotista	868 (44%)

Fonte: Elaboração Própria.

Na Tabela 2 é apresentada a estrutura do universo por curso.

Tabela 2 – Universo por curso

Total de estudantes dos cursos de direito e pedagogia: 1.961 (100%)							
Pedagogia – Total de matrículas: 730				Direito – Total de matrículas: 1231			
Feminino: 595 (81%)		Masculino: 135 (19%)		Feminino: 553 (45%)		Masculino: 678 (55%)	
Cotista 406 (69%)	Não cotista 189 (31%)	Cotista 96 (71%)	Não cotista 39 (29%)	Cotista 254 (46%)	Não cotista 299 (54%)	Cotista 337 (51%)	Não cotista 341 (49%)

Fonte: Elaboração Própria.

Os dados revelaram uma diferença significativa na distribuição de gênero entre os cursos de Direito e Pedagogia. No curso de Pedagogia, a maioria dos estudantes é do sexo feminino, representando 81% do total de alunos. Por outro lado, no curso de Direito, a proporção de gênero é mais equilibrada, com uma leve predominância masculina, onde 55% dos estudantes são homens. Essa diferença reflete padrões culturais e sociais que influenciam as escolhas de curso entre os gêneros: tradicionalmente, Pedagogia atrai mais mulheres, enquanto, Direito apresenta uma representação mais equilibrada entre os sexos.

Os dados sobre cotistas e não cotistas destacam as abordagens de inclusão e diversidade nos cursos de Direito e Pedagogia. No curso de Pedagogia, tanto entre homens quanto entre mulheres, há uma proporção significativa de estudantes cotistas. Isso sugere que o curso de Pedagogia adota políticas de inclusão e cotas que tornam o ensino mais acessível para grupos historicamente desfavorecidos, promovendo assim maior diversidade dentro da sua comunidade acadêmica.

No curso de Direito, a distribuição entre cotistas e não cotistas é mais equilibrada entre homens, com uma leve predominância de cotistas, enquanto entre as mulheres a maioria não são cotistas. Isso indica que, embora o curso de Direito também seja acessível para cotistas, ainda há espaço para melhorias em termos de inclusão mais ampla.

Esta pesquisa adotou a amostra probabilística estratificada, indicada como eficaz devido ao uso de métodos rigorosamente estatísticos e científicos (Selltiz et al., 1987). Esse método permite dividir a população em subgrupos mais homogêneos dentro dos estratos e mais heterogêneos entre os estratos (Selltiz et al., 1987). Na pesquisa, foram estabelecidos três tipos de estratos com base nas seguintes variáveis: curso, sexo e cotas raciais e sociais.

Após analisar o universo e decidir inquirir-se 15% desse universo, foi elaborada a amostra do estudo, cuja dimensão está presente na Tabela 3:

Tabela 3 – Amostra - total e por curso (15% do Universo)

Pedagogia	110
Direito	185
Total	295

Fonte: Elaboração Própria.

Da aplicação à amostra das variáveis consideradas, obteve-se a amostra de que as tabelas 4 e 5 revelam a estrutura.

Tabela 4 – Pedagogia - Estrutura da amostra por sexo e cotista/não cotista

Feminino						Masculino					
Cotista		Não cotista		Total		Cotista		Não cotista		Total	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
62	69	28	31	90	100	14	71	6	29	20	100,

Fonte: Elaboração Própria.

A participação de cotistas, tanto para homens quanto para mulheres, é maior do que a de não cotistas. Entre as mulheres, 69% são cotistas e entre os homens, 71% são cotistas. Isso mostra um nível de predominância de cotistas em ambos os grupos, refletindo possíveis políticas de inclusão.

Em relação a comparação entre gêneros, em termos absolutos, há um número muito maior de mulheres tanto cotistas quanto não cotistas em relação aos homens.

A proporção de não cotistas, entre as mulheres, 31% não são cotistas, enquanto entre os homens essa porcentagem é de 29%.

Considerando a predominância de estudantes cotistas na amostra poder-se-á inferir acerca do impacto das políticas de ação afirmativa na composição dos cursos de Pedagogia.

Na distribuição por sexo, a maior parte dos indivíduos da amostra é composta por mulheres, com 90 participantes no total, sendo 62 cotistas (69%) e 28 não cotistas (31%). O número de homens é significativamente menor, com 20 participantes no total. Entre os homens, 14 são cotistas (71%) e 6 não cotistas (29%).

O percentual de cotistas e não cotistas, entre as mulheres cotistas (69%) é próxima da observada entre os homens (71%). Isso indica uma distribuição semelhante entre cotistas e não cotistas para ambos os sexos, apesar de haver uma maior quantidade de mulheres. Entre os não cotistas, tanto em mulheres (31%) quanto em homens (29%), os percentuais são relativamente próximos, o que também reforça uma distribuição relativamente semelhante.

Em resumo, o fato de o curso de Pedagogia ter uma maior participação de mulheres reflete uma tendência histórica em muitos países, onde o curso é predominantemente feminino. O percentual de cotistas elevados em ambos os sexos pode indicar que as políticas de ação afirmativa (cotas) têm sido eficazes na inclusão de grupos anteriormente sub-representados na educação superior brasileira.

Tabela 5 – Direito - Estrutura da amostra por sexo e cotista/não cotista

Feminino						Masculino					
Cotista		Não cotista		Total		Cotista		Não cotista		Total	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
38	46	45	54	83	100	51	50	51	50	102	100

Fonte: Elaboração Própria.

Entre as mulheres, a amostra totaliza 83 participantes. Destes, 38 são cotistas (46%) e 45 não são cotistas (54%). Nota-se que a maioria das mulheres não faz parte do sistema de cotas (54%), mas há uma distribuição relativamente equilibrada entre cotistas e não cotistas.

Entre os homens, a amostra é maior, com 102 participantes no total. Há uma igualdade entre cotistas e não cotistas, com 51 participantes em cada grupo (50%). Diferente da distribuição entre as mulheres, entre os homens não há uma predominância de um grupo sobre o outro, evidenciando uma distribuição completamente igual entre cotistas e não cotistas.

Considerando que a amostra masculina é maior do que a feminina no curso de Direito, com 102 homens e 83 mulheres, poderá inferir-se uma participação masculina maior no curso de Direito ou uma diferença de acesso ou interesse entre os sexos. Entre as mulheres, a maior parte não utiliza o sistema de cotas (54%), enquanto entre os homens há uma divisão igual entre cotistas e não cotistas. Isso pode refletir diferenças no uso do sistema de cotas entre homens e mulheres no curso de Direito. A política de cotas parece estar bem distribuída no grupo masculino, enquanto no grupo feminino ainda há uma predominância cada vez maior de não cotistas.

Quando comparada a tabela do curso de Pedagogia com a do curso de Direito, o curso de Direito apresenta uma maior participação masculina, o que é inverso ao padrão de Pedagogia, que é majoritariamente feminino. Em termos de cotistas, o curso de Direito mostra uma situação mais equilibrada entre homens e mulheres, em comparação com a Pedagogia, onde as mulheres representavam a maioria e o número total de homens era bem menor.

Esses dados sugerem que o uso do sistema de cotas no curso de Direito está bem difundido, principalmente entre os homens, e que ainda há uma leve predominância de não cotistas entre as mulheres.

No sistema de cotas destacam-se três vertentes: a cota racial, a cota escola e a cota renda.

As categorias raciais: pretos, pardos, quilombolas, indígenas e brancos são utilizadas para identificar grupos com distintas ancestralidades, históricas e identidades socioeconômicas e culturais, comumente adotadas no Brasil e em diversos países. Embora frequentemente associadas a características físicas, como a cor da pele, essas categorias são principalmente definidas por aspectos históricos, culturais e identitários, e não por diferenças biológicas ou genéticas inerentes. Na prática, a classificação racial pode ser influenciada por uma variedade de fatores, como características fenotípicas, herança cultural, autoidentificação e percepção social.

Ao longo dos anos, desenvolveu-se uma hierarquização em que a cor da pele está associada ao status social e econômico, determinando o lugar das pessoas na sociedade. Neste sistema, tons de pele mais claros são frequentemente associados a posições mais

elevadas, enquanto tons mais escuros são associados a posições mais baixas no estrato social. Essa hierarquização baseada na cor da pele permeia diversas instituições, sejam públicas ou privadas, assim como as relações sociais e educacionais (Santos, 2017).

Pesquisas no setor educacional nacional e internacional têm mostrado que estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas enfrentam mais obstáculos para o acesso e a permanência nos estudos em comparação com estudantes brancos, devido a fatores como desigualdades socioeconômicas e discriminação institucional (Mato, 2020).

Este estudo constatou que o curso de Direito da UFPA possui uma proporção significativa de estudantes da cor branca, ao passo que o curso de Pedagogia da UFPA conta com uma quantidade mínima de estudantes brancos e uma maioria de estudantes negros (pretos e pardos), como indicado na Tabela 6.

Tabela 6 – Quantitativo de estudantes por cor/raça (Direito e Pedagogia)

Identificação cor/raça	Direito		Pedagogia	
		%		%
Branca	72	39	7	6
Preta	24	13	28	26
Parda	80	43	69	63
Amarela	6	3	3	3
Indígena	3	2	-	0,00
Quilombola	-	0,00	2	2

Fonte: Elaboração Própria.

O resultado do teste qui-quadrado confirmou uma associação significativa entre a identificação de cor/raça e a escolha do curso superior ($X^2(5) = 43,887$; $p = 0,000$).

Diante do exposto, resta claro que brancos e negros têm trajetórias de vida distintas, incluindo educação e emprego, influenciadas por uma complexa combinação de fatores históricos, culturais, econômicos e sociais que afetam o acesso a recursos e oportunidades. As escolhas feitas por indivíduos brancos e negros não ocorrem isoladamente, mas dentro de um contexto social de desigualdade racial que molda a vida social e restringe as opções individuais. Esse entendimento indica que a sociedade não opera em um sistema de igualdade de condições (Almeida, 2019).

No que concerne a cota escola, a pesquisa constatou que estudantes negros (preto e pardo) frequentam escolas públicas com menos recursos e apoio, o que pode impactar na sua preparação acadêmica e, consequentemente, no seu acesso a oportunidades de emprego de qualidade no futuro. Da mesma forma, no mercado de trabalho, preconceitos e discriminações contribuem para disparidades salariais e altas taxas de desemprego ou subemprego (Almeida, 2019).

O inverso ocorre com estudantes brancos, que geralmente frequentam escolas privadas que dispõem de mais recursos, proporcionando-lhes uma melhor preparação acadêmica. Isso pode resultar em melhores oportunidades de emprego e, potencialmente, em uma carreira profissional mais estável e lucrativa. Reconhece-se que as disparidades nos recursos educacionais entre escolas privadas e públicas perpetuam a desigualdade socioeconômica,

uma vez que as oportunidades de emprego e as trajetórias de carreira são influenciadas pela qualidade da educação recebida desde a infância.

A associação entre escola (pública ou privada), cor do estudante (branco, negro, amarelo, indígena e quilombola) e a escolha do curso superior (Pedagogia ou Direito) é significativa, sendo positiva de $X^2(5) = 46,796$; $p = 0,000$, conforme Tabela 7.

Tabela 7 – Associação entre o tipo de escola, cor e o curso

Direito												
	Branco	%C	Preto	%C	Pardo	%C	Amarelo	%C	Indígena	%C	Quilombola	total
Público	14	20	16	67	54	67	3	3	3	100	-	90
Privada	57	80	8	33	26	32	2	2	-	0	-	93
	71	100	24	100	80	100	5	5	3	100		183

Fonte: Elaboração Própria.

Diante dos dados, observa-se que a maioria dos estudantes brancos do curso de Direito, 80%, cursaram o ensino médio em escolas privadas, enquanto apenas 20% frequentaram escolas públicas. No curso de Direito, entre os estudantes que se autodeclararam negros, apenas 8 (equivalente a 33%) frequentaram escolas privadas, enquanto 16 (ou 67%) cursaram escolas públicas. No caso dos estudantes pardos, 32% estudaram em instituições privadas e 67% em escolas públicas.

A elevada presença de estudantes negros (pretos e pardos) oriundos de escolas públicas no ensino médio pode ser atribuída a fatores históricos relacionados às desigualdades no acesso à educação de qualidade, influenciadas por aspectos socioeconômicos e raciais. As escolas públicas, por serem gratuitas e mais acessíveis, frequentemente representam a única alternativa para famílias de menor renda (Moraes; Belluzzo, 2014). Todavia, a qualidade da educação nas escolas públicas costuma ser inferior à das instituições privadas, em razão de diferenças no financiamento, na infraestrutura e nos recursos disponíveis (Moraes; Belluzzo, 2014).

Diante dessa realidade, as políticas de cotas visam mitigar essas disparidades, embora em cursos altamente competitivos e prestigiados, como Direito, ainda haja uma predominância de estudantes brancos provenientes de escolas privadas, em contraste com uma minoria de estudantes negros oriundos de escolas públicas. Portanto, políticas públicas de inclusão são essenciais para garantir que o acesso ao Ensino Superior seja uma questão de escolha ampla e não de limitação de oportunidades.

Dessa forma, foi realizado um teste do qui-quadrado para analisar a relação entre a cor, tipo de escola e o curso de Pedagogia. O teste revelou uma significância positiva, com um valor de $X^2(5) = 46,796$; $p = 0,000$, conforme Tabela 8.

Tabela 8 – Associação entre o tipo de escola, cor e curso

Pedagogia												
	Branca	%C	Preta	%C	Par	%C	Amarelo	%C	Indígena	Quilombola	%C	Total
Público	6	7	24	86	53	77	3	100	-	2	100	88
Privada	1	5	4	14	16	23	-	0	-	-	0	21
	7	6	28	100	69	100	3	100		2	100	109

Fonte: Elaboração Própria.

Os dados da Tabela 8 evidenciam que a maioria dos estudantes pretos, pardos e quilombolas no curso de Pedagogia frequentou escolas públicas no ensino médio, com 86%, 77% e 100% respectivamente. Em contraste, apenas 7% dos estudantes brancos cursaram o ensino médio em escolas públicas.

A grande quantidade de estudantes pretos, pardos e quilombolas em escolas públicas no curso de Pedagogia pode ser atribuída ao histórico de segregação e discriminação racial, que resulta em menores taxas de matrícula em instituições privadas. O acesso a escolas privadas requer recursos financeiros que muitos estudantes negros não possuem, tornando as escolas públicas, que são gratuitas ou de baixo custo, a opção mais viável.

Em relação a cota renda, os estudantes foram questionados sobre suas fontes de renda, visando entender a origem desses recursos, seja da família, do trabalho, de bolsas de estudo ou de outras fontes. Observe-se a Tabela 9.

Tabela 9 – Rendimento mensal do agregado familiar

Faixa de Renda Familiar	Curso	
	Direito (%)	Pedagogia (%)
Inferior a 500 reais	0,5	3
De 500 a 1.000 reais	4	14
De 1.100 e 1.500 reais	4	27
De 1.600 a 2.000 reais	8	16
De 2.100 a 3.000 reais	18	25
De 3.100 a 5.000 reais	17	9
De 5.100 a 10.000 reais	16	5
De 10.100 a 15.000 reais	12	0
Acima de 15.000 reais	19	0
Total	100,00	100,00

Fonte: Elaboração Própria.

Houve uma associação significativa entre o rendimento mensal do agregado familiar (soma da renda pessoal com a renda das pessoas que moram na mesma residência) e a escolha dos cursos, como demonstrado pelo resultado do teste do qui-quadrado ($X^2(8) = 85.281$; $p = 0,000$).

A Tabela 9 revela a distribuição percentual da renda familiar dos estudantes dos cursos de Direito e Pedagogia em diferentes faixas de renda.

Os estudantes de Pedagogia predominam nas faixas de renda inferior a R\$ 500 reais e renda baixa a moderada de R\$ 500 a 3.000 reais. Isso sugere que o curso de Pedagogia atrai principalmente estudantes de famílias com menor renda.

Por outro lado, na faixa de renda de média a alta de R\$ 3.100 a 15.000 reais, os estudantes de Direito apresentam percentuais significativamente superiores, indicando que provêm de famílias com maior poder econômico.

Destaca-se ainda que na faixa de renda muito alta, acima de R\$ 15.000 reais, há uma presença expressiva de estudantes de Direito (19%), enquanto nenhum estudante de

Pedagogia está nesta categoria de renda. Isso reforça a percepção de que o curso de Pedagogia tende a atrair estudantes cujas famílias possuem menor poder aquisitivo.

Dessa forma, conhecer a renda familiar permite entender as implicações socioeconômicas enfrentadas pelos estudantes desde a escolha inicial do curso superior até a conclusão da graduação. A decisão sobre o curso é frequentemente influenciada pela renda familiar, levando os estudantes de famílias com menor poder econômico a optarem por cursos percebidos como mais acessíveis (Ristoff, 2013), como acontece no caso presente: o curso de Direito, percebido como mais caro, é frequentado por uma população oriunda de estratos sociais mais favorecidos do que o curso de Pedagogia.

Considerações finais

A análise comparativa entre os estudantes dos cursos de Pedagogia e Direito da UFPA revela disparidades significativas que vão além das descrições numéricas, apontando para uma realidade complexa e multifacetada de acesso e permanência no Ensino Superior, marcada por profundas desigualdades socioeconômicas e culturais.

No curso de Pedagogia, o domínio feminino reflete a tradicional feminização das carreiras ligadas à educação, uma área historicamente subvalorizada e mal remunerada, o que perpetua um ciclo de desigualdade entre homens e mulheres. Esse fenômeno é reforçado pelo fato de que as estudantes de Pedagogia, predominantemente pardas e pretas, enfrentam barreiras econômicas significativas, como evidenciado pela baixa renda familiar média e pela alta dependência de escolas públicas para sua formação básica. Essa situação revela como as desigualdades estruturais no Brasil continuam a moldar o perfil de quem acessa e permanece em determinados cursos, muitas vezes confinando mulheres de classes sociais menos favorecidas a profissões menos valorizadas, tanto economicamente quanto socialmente.

Em contraste, o curso de Direito, que atrai um maior número de homens, revela não apenas uma disparidade entre homens e mulheres, mas também uma distribuição mais favorável de recursos e oportunidades. A renda familiar média significativamente mais alta dos estudantes de Direito, especialmente entre os brancos, demonstra como esse curso ainda está associado a uma elite social que possui maior poder aquisitivo e melhores condições de vida. Essa concentração de recursos entre os estudantes de Direito sugere que o acesso ao poder e ao prestígio social continua a ser dominado por grupos privilegiados, perpetuando um ciclo de exclusão para aqueles que vêm de contextos menos favorecidos.

Em termos de comportamento financeiro, as mulheres do curso de Pedagogia, que geralmente vêm de famílias com menor renda, o que pode limitar ainda mais suas oportunidades educacionais e profissionais. Por outro lado, os homens do curso de Direito, geralmente vêm de famílias com maior renda, o que colabora para que esses estudantes tenham mais oportunidades educacionais e profissionais.

As disparidades observadas entre os estudantes de Pedagogia e Direito da UFPA vêm confirmar que os percursos acadêmicos são influenciados pela origem socioeconômica dos estudantes e de alguma forma refletem e reproduzem as profundas desigualdades sociais e econômicas que caracterizam a sociedade brasileira e que exigem da parte do Governo Federal e da comunidade em geral novas políticas promotoras de equidade e de justiça social, numa palavra, que promovam um Brasil menos desigual.

Referências

- ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BECKER, G. **Human capital**. Chicago: The University of Chicago Press, 1964. Available from: <https://www.nber.org/books-and-chapters/human-capital-theoretical-and-empirical-analysis-special-reference-education-first-edition> Access in: 02 january 2023.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: Uma introdução às teorias e métodos. Porto Editora, 1994.
- BOUDON, R. **L'inégalité des chances**. Paris: Pluriel, 1973.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **Les Héritiers**. Paris: Les Éd. Minuit, 1964.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **La reproduction**. Paris: Les Éd. Minuit, 1970.
- BRASIL. Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRE)**. Brasília: Presidência da República, 1995. Disponível em: <https://tinyurl.com/bdex6cbv>. Acesso em: 12 set. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, 2007. Disponível em: <https://tinyurl.com/58m3achf>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm Acesso em: 10 de janeiro de 2021.
- CABRITO, B. G. Higher Education and Equity in Portugal. **Tertiary Education and Management**, v. 7, p. 23-39, 2001.
- CABRITO, B. G. **Financiamento do ensino superior**: condição social e despesas de educação dos estudantes universitários em Portugal. Lisboa: Educa, 2002.
- CERDEIRA, L. **O financiamento do ensino superior português**: A partilha de custos. 2008. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008.
- CERDEIRA, L.; CABRITO, B. G. **Custos dos estudantes do ensino superior português**. Relatório CESTES 1. Para a compreensão da condição social e económica dos estudantes do ensino superior. Lisboa, PT: Educa, 2014.
- CERDEIRA, L.; CABRITO, B. G. **Custos dos estudantes do ensino superior português**. Relatório CESTES 2. Para a compreensão da condição social e económica dos estudantes do ensino superior. Lisboa, PT: Educa, 2017.
- COLLER, X. **Estudio de Casos**. Madrid: Centro de investigaciones Metodológica- CIS Retrieved, 2000. Disponível em: https://www.academia.edu/469859/Estudio_De_Casos. Acesso em: 20 de setembro de 2021.
- DECLARAÇÃO Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien). **Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos**. Jomtien, Tailândia, 5 a 9 de março

de 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990> Acesso em: 01 mar. 2022.

MATO, D. (Coord.). **Educación superior y pueblos indígenas y afrodescendientes en América Latina**: Las múltiples formas del racismo. Buenos Aires: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2020.

MORAES, A. G. E.; BELLUZZO, W. O diferencial de desempenho escolar entre escolas públicas e privadas no Brasil. **Nova Economia**, v. 24, n. 2, p. 409-430, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6351/1564> Acesso em: 10 nov. 2023.

PROST, A. **L'enseignement s'est-il démocratisé?**. Paris: PUF, 2012.

RISTOFF, D. Perfil socioeconômico do estudante de graduação: Uma análise de dois ciclos completos do ENADE (2004 a 2009). **Cadernos do GEA**, v. 4, 2013. Disponível em: https://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Caderno_GEA_N4.pdf. Acesso em: 01 maio 2022.

SANTOS FILHO, J. R.; CHAVES, V. L. J. O financiamento estudantil (FIES) e as implicações na financeirização de grupos educacionais. In: CHAVES, V. L. J.; AMARAL, N. C. (Ed.). **Políticas de financiamento da educação superior num contexto de crise**. Campinas: Mercado de Letras, 2017. p. 71-98.

SCHULTZ, T. W. Investment in human capital. **American Economic Review**, v. 51, n. 1, p. 1-17, 1961. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1818907>. Acesso em: 15 jun. 2022.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

SILVA JÚNIOR, J. R. **Mercantilização da esfera pública e universidade**: Nova identidade universitária e trabalho docente da Ifes da região Sudeste. 2006. (Projeto de Pesquisa).

Denise Braga é doutoranda em Educação pela Universidade de Lisboa (ULisboa) na especialidade em Administração e Política Educacional. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Docência no Ensino Superior pela UFPA. Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela UFPA. Servidora efetiva da Secretária de Estado de Educação (SEDUC/PA). Atua nos seguintes temas: Políticas Públicas em Educação; Políticas Públicas para o Ensino Superior; Expansão da Educação Superior, Financiamento da Educação Superior, Intensificação do Trabalho Docente e Trabalho Docente no Ensino Superior.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-5079-2876>

E-mail: denisesouzaped@gmail.com

Belmiro Cabrito é professor associado aposentado do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL). Possui a graduação Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa (1972) e a graduação Licenciatura em Ciências Político-Sociais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (1978), mestrado em Ciências da Educação pela Universidade de Lisboa (1993) e doutorado em Política e Sistema Educativo pela Universidade de Lisboa (2000). Atualmente é membro da Unidade de Investigação e de Desenvolvimento em Educação e

Formação-UIDEF do IEUL. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Economia, Financiamento e Gestão da Educação.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0420-5639>

E-mail: b.cabrito@ie.ulisboa.pt

Recebido em 05 de julho de 2024

Aprovado em 13 de novembro de 2024

